

Cimeira dos "Cinco"

Por uma cooperação eficaz



1.ª Parte:

De Praia a Bissau a implementação das decisões

Dos enviados
da Informação Moçambicana
Sol Carvalho (texto)
e Naíta Ussene (fotos)

Na 4.ª Cimeira dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, os «cinco» demonstraram estar dispostos a concretizar, ao nível económico e social, uma unidade cuja expressão política e diplomática já se faz sentir internacionalmente.

O nível de implementação das decisões da anterior cimeira, que se realizou na capital cabo-verdiana e cujo balanço foi agora feito em Bissau, é disso uma amostra significativa.



Local e emblema da III Cimeira dos «Cinco», realizada na Praia, a capital cabo-verdiana

Foi Cabo Verde, na sua qualidade de anfitrião da anterior conferência, o país que ficou encarregado de desenvolver as inúmeras actividades tendentes a concretizar as decisões tomadas na Praia.

Três documentos aprovados naquela cimeira, constituíram a base de trabalho dos cabo-verdianos: A Acta-síntese da Comissão para os Assuntos de Cooperação, a Declaração da Reunião Ministerial e a Declaração Final da Conferência.

Recorde-se que, no encontro, os «cinco» tinham tomado várias decisões das quais duas eram prioritárias.

Primeiro: colocar em funcionamento a Comissão Ministerial e as subcomissões que tinham sido criadas na Cimeira. De facto, a criação da Comissão Ministerial foi considerada como fundamental para a definição do quadro institucional necessário para se alcançar o objectivo de assegurar a coordenação, o desenvolvimento da cooperação, bem como o controlo da materialização das decisões.

Segundo: desenvolver acções de cooperação política e diplomática nomeadamente na questão de Timor-Leste e na utilização do português como língua de trabalho nas organizações internacionais.

No que respeita ao primeiro ponto, Cabo Verde organizou, em Mindelo, de 29 de Julho a 1 de

Agosto de 1983, a 1.ª Reunião da Comissão Ministerial cuja mais importante decisão foi a aprovação do Regulamento Interno que estabeleceu a composição da comissão, as suas atribuições, as funções do Ministro Coordenador e o modo de funcionamento das subcomissões.

É opinião de elementos ligados às reuniões dos «cinco» que o regulamento definiu uma estrutura simples, maleável e funcional que é a que melhor corresponde à realidade dos países membros.

No que respeita às subcomissões: Tinham sido criadas, pela III Conferência, as subcomissões de Finanças, Comércio, Transportes e Formação de Quadros mas a reunião ministerial entendeu alargar o seu âmbito ao sector de Justiça. Embora este sector não tivesse sido abrangido pelas decisões da Praia, já tinha sido acordada a realização de encontros regulares entre os titulares desta pasta, aquando da primeira reunião dos Ministros da Justiça dos «cinco», realizada em Angola, em 1979.

Assim, em Mindelo, foi decidida a criação de mais uma subcomissão que abrange as áreas de Direito, Justiça e Administração.

As presidências das subcomissões ficaram assim distribuídas: Finanças — Angola; Transportes — Cabo Verde; Formação de Quadros — Guiné-Bissau; Comércio —

Moçambique; Direito, Justiça e Administração — S. Tomé e Príncipe.

A COOPERAÇÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA

A questão de Timor-Leste mereceu, da parte dos «cinco», uma atenção particular nas suas actividades diplomáticas comuns. Na 37.ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU, na VII Cimeira dos Países Não-Alinhados e de novo, na 38.ª Assembleia-Geral da ONU, os «cinco» colaboraram para que se mantivesse viva a questão de Timor-Leste contrariando desse modo o enorme «lobbi» diplomático indonésio no sentido de fazer «desaparecer» o assunto dos debates internacionais.

Uma outra decisão dos «cinco», tomada na reunião ministerial foi a de endereçar um convite à FRETILIN para que esta estivesse presente no segundo encontro da reunião ministerial com vista a fazer uma exposição sobre a situação em Timor-Leste. Fontes afectas à FRETILIN, que se fez representar em Bissau por Abílio Araújo e Mari Alkatiri, indicaram-nos que tinham sido feitas propostas concretas de actuação diplomática no quadro dos «cinco» sobre a situação prevalecente em Timor-Leste.

Sobre a introdução da língua portuguesa, alguns passos foram também dados. Já na Praia ti-

nham sido tomadas algumas decisões concretas sobre este assunto, segundo nos indicou uma fonte afecta à Cimeira. Nomeadamente, foi decidido iniciar ou acelerar a formação de técnicos de tradução, estudar as implicações financeiras dessa decisão, bem como entrar em contacto com Portugal e Brasil para um melhor estudo sobre a questão.

Durante o período que medeou as cimeiras também na UNESCO foram desenvolvidas acções com vista à introdução do português como língua oficial desta organização. Dado o facto de o assunto ser complexo e envolver outros países não foi possível concluir-se esta fase dos trabalhos.

No encontro de Bissau, a Declaração Final incluiu um ponto sobre este tema de modo a que se continuem a desenvolver acções para se alcançarem objectivos propostos.

O TRABALHO DAS SUBCOMISSÕES

Em Outubro e Novembro de 1983, reuniram-se em Maputo, simultaneamente, as subcomissões de Comércio e Transportes. Um delegado à Cimeira disse-nos que o facto de a reunião ter sido simultânea permitiu encontrar uma melhor forma de coordenação entre as subcomissões uma vez que a ligação do comércio com os transportes é assaz importante para a cooperação entre os «cinco». Basta recordarmo-nos que as trocas comerciais implicam fretes

entre países que estão bastante distantes.

Em Novembro, Bissau recebeu os delegados à reunião da subcomissão de Formação de Quadros.

Ao nível da Justiça, não se realizou a reunião da subcomissão mas, sim, o II Encontro dos Ministros da Justiça dos cinco países que teve lugar na Praia, também em Novembro.

Foram amplos os resultados desses encontros que antecederam a Cimeira. Neles se prepararam uma série de medidas que a Comissão Ministerial viria a aprovar e a submeter aos Chefes de Estado do que resultou um programa de acção concreto para o ano de 1984.

Destes encontros, duas decisões são importantes de serem salientadas.

Uma delas está expressa na alteração da designação da subcomissão de formação de quadros que passou a chamar-se de Investigação, Formação de Quadros e Acção Cultural.

A importância desta comissão é fácil de ser vista. O facto de possuírem realidades políticas, económicas e sociais idênticas cria obviamente, entre os «cinco», necessidades de formação de quadros que são semelhantes. A tal factor se junta o facto de os cinco países utilizarem a mesma língua. Finalmente, existem disponi-

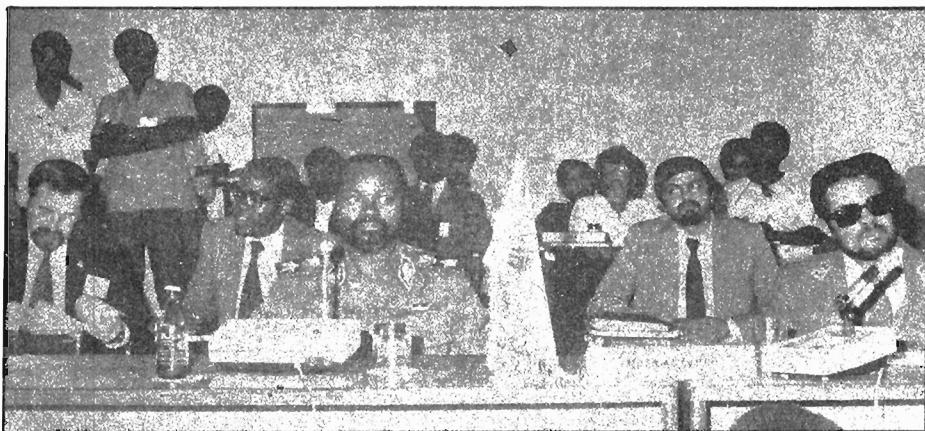


Foi Cabo Verde, na qualidade de país anfitrião da anterior Cimeira, o Estado encarregado de coordenar as acções dos «cinco». Na foto, o presidente Aristides Pereira (à esquerda) e Silvino da Luz, Ministro dos Negócios Estrangeiros e anterior ministro coordenador dos «cinco»

bilidades (como por exemplo, a existência de Universidades em Angola e Moçambique, instituições que os outros países não possuem) que vinham a ser mal aproveitadas, levando-se quadros a ser formados em países cujas realidades são bastante diferentes com todos os problemas de desenraizamento que isso provoca.

O alargamento da comissão é também de fácil compreensão pois ao nível dos estudos e investigação muitos esforços podem ser unidos, evitando-se assim o recurso a soluções dispendiosas.

A inclusão da Acção Cultural nesta comissão resulta também da constatação de ser ainda incipiente a cooperação numa área onde muito se podia fazer. Samora Machel definiu mesmo a questão como sendo uma questão de princípio uma vez que «a cultura é o alicerce da nossa cooperação», tal



A delegação moçambicana à III Cimeira dos Chefes de Estado



Aspecto da assistência à sessão de abertura da IV. Cimeira, em Bissau

como declarou o Chefe do Estado moçambicano.

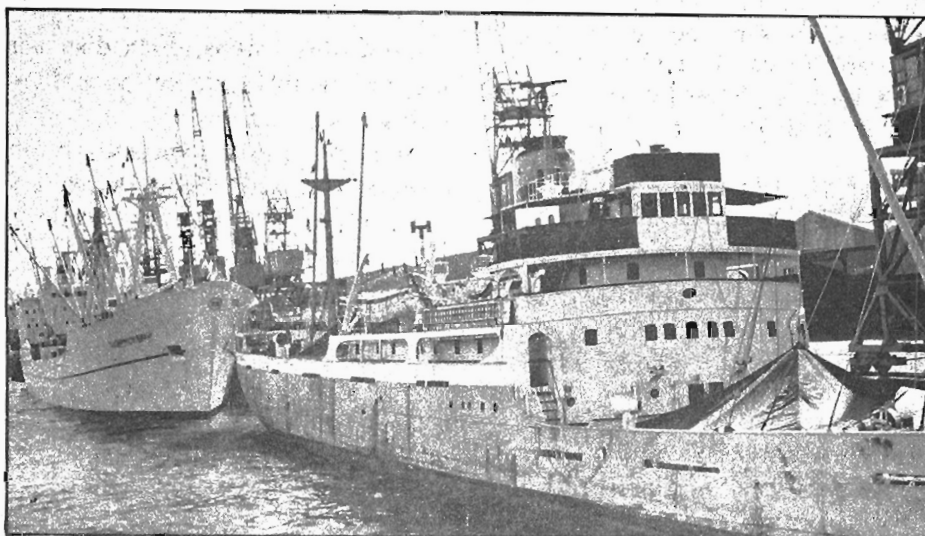
Um outro problema global levantado pela prática das subcomissões diz respeito à questão das alfândegas, nem sempre utilizando os mesmos métodos e também nem sempre dependendo dos mesmos organismos. Decidiu-se que as subcomissões de Comércio e Transportes sejam as responsáveis para um estudo conjunto da questão, dada a sua afinidade com aqueles sectores.

AO NÍVEL DA COOPERAÇÃO DIPLOMÁTICA

Desde que os «cinco» decidiram constituir-se num «forum» internacional, tem sido bastante comum a preocupação de criar condições organizativas para que não só os contactos entre os países como a sua unidade e força diplomática sejam cada vez maiores.

Nesse sentido foram apresentados dois projectos de acordo.

O primeiro diz respeito à supressão dos vistos em passaportes diplomáticos ou de serviço entre os «cinco». O segundo tem em vista que no domínio consular se



A área dos transportes marítimos é fundamental para a cooperação entre os cinco»

possa alcançar uma maior cooperação. Se, para citar um exemplo, um dos cinco países, tiver uma representação consular num determinado país ou cidade onde os outros não tenham, então essa representação pode alargar o seu âmbito de responsabilidade, servindo igualmente os interesses dos países não representados.

QUE BALANÇO?

Seria exaustivo inumerar neste artigo, todas as decisões tomadas durante este período que medeou as duas cimeiras. Mas pelo que

dissemos, parece-nos ter ficado claro que os «cinco» terão entrado numa nova era da história da sua cooperação em que a vontade política de unidade, se começa a expressar em termos concretos e em diversos sectores.

Não é tarefa fácil nem rápida. Os países estão distantes, existem preocupações prioritárias em cada um deles e todos estão claros que a cooperação entre os «cinco» não é tudo quanto necessitam para a resolução dos seus próprios problemas.

Mas a verdade é que se começa a delinear uma perspectiva que ultrapassa mesmo aqueles que

acreditaram que entre os «cinco» apenas se poderia vir a concretizar uma espécie de continuidade histórica da CONCP, mais expressa ao nível político e diplomático. Hoje, já se fala em «exemplo da cooperação sul-sul» cujo alcance ultrapassa o âmbito dos «cinco» para se situar numa conjuntura internacional onde é cada vez mais necessário lutar contra a dependência dos países pobres em relação aos países ricos.

Próximo número: Cimeira de Bissau, a expressão da unidade.